

# Sobre a humanização da saúde.

## Notas críticas e contribuição ao debate

Carlos Botazzo<sup>1</sup>

### Introdução

Tornou-se usual nos últimos anos expressar a necessidade de “humanizar” os serviços de saúde no âmbito do SUS e fora dele. Não há prática profissional nem estabelecimento que tenha permanecido isento do comentário acerca das carências das equipes ou dos consultantes. A observação sensível das práticas de saúde seguramente indicou que as práticas profissionais deixavam a desejar, seja quanto à competência diagnóstico-terapêutica, seja na esfera da relação paciente-profissional.

Igualmente, vêm sendo objeto de comentário o acesso aos serviços, o nível do atendimento, acesso a informação, a fármacos, a vagas nos ambulatórios de especialidades e consultas de excelência. Parte deste material foi extensamente produzido nos últimos anos, e emergiu com a força da novidade imprevisível, destas que chegam com vontade de permanência.

A ninguém ocorreria defender práticas “não humanas” na produção do cuidado em saúde. Não deixa de ser curioso, no entanto, as flutuações conceituais e terminológicas que cercam a discussão, no presente estágio. Parece-me, por isso, adequado organizar, e com a brevidade que este espaço permite, a reflexão crítica em torno do tema. Tomarei alguns elementos “históricos” e “filosóficos” que me parecem passíveis de serem enquadrados na dimensão conceitual e prática que o tema sugere.

### As reflexões acerca das instituições de saúde

Não é novidade a crítica às instituições de saúde. Desde a década de 1960, na escala mundial dos movimentos de contra-cultura, observa-se a produção regular de trabalhos que tomam os serviços de saúde e sobretudo a instituição médica como foco da discussão. Berlinguer, Franco Basaglia e Rotelli criticam a psiquiatria, Foucault, Illich, García e Polack, cada um a seu modo, criticam a instituição médica e as instituições totais. No Brasil, um forte movimento contra-hegemônico, que se organiza desde meados da década de 1970, toma para si não apenas a tarefa de *criticar* mas sobretudo a de *transformar*. O conjunto desta movimentação, isto é fato conhecido, acabará por realizar a Reforma Sanitária Brasileira (boto com maiúsculas para diferenciar da Reforma Italiana). A lista de participantes é extensa, mas valia dar destaque a Sérgio Arouca, Cecília Donnangelo e David Capistrano, os quais representam,

orgulhosamente, os mortos e os vivos. Todos esses autores, brasileiros e estrangeiros, tomaram ou o materialismo histórico-dialético ou a fenomenologia como pano de fundo para organizar a crítica às relações entre Capitalismo e Saúde e, decorrentemente, as questões do poder, a relação de subalternidade do proletariado por relação aos serviços, às políticas e aos programas de saúde, a questão do controle do Estado sobre a Sociedade etc. Da extensa produção teórica derivada, é possível deduzir a fragmentação do homem e sua reificação.

O que seria o homem reificado? É o homem tornado coisa (do latim RES). Para os autores, incluindo Marx, a condição de dominação sob o Capital implica a existência de práticas de alienação, isto é, de *separação* do homem da sua natureza social, fonte originária do humano, o que significa separação do homem dele mesmo. Reduzido à condição de mercadoria (força de trabalho), acabam os homens relacionando-se antes com objetos produzidos, e numa escala tal que todas as relações sociais aparecem como relação entre coisas. Nesta ótica, importa efetivamente o que pode ser produzido e consumido, portanto, o que pode ser trocado (comprado e vendido). Nem mesmo os afetos e as emoções escapariam a esta lógica do Capital, para muitos a base estruturada do adoecimento coletivo, pois a economia do Capital seria, antes, a economia da morte e da destruição. Nesta lógica é que se incluiriam as práticas de saúde. Por isso, é legítimo ainda hoje perguntar a velha pergunta: seria a saúde uma mercadoria?

### Efeitos de superfície

Como diz Rubens Adorno, a sociologia contemporânea gerou 2 posições distintas: 1) a que vê sujeitos sem estruturas; 2) a que vê estruturas sem sujeitos. A primeira tornou as estruturas apenas “aparências” ou meros reflexos imponderáveis; a segunda, afirmaria a primazia da estrutura, os sujeitos é que seriam “aparências”. Althusser – corretamente -, numa posição que serviu de justificção a muitos desmandos prático-teóricos, afirmava não haver o sujeito da ciência, pois a ciência não é produtora de sujeitos, papel que compete à Ideologia. Polêmicas à parte, o fato é que se instalou no pensamento contemporâneo a idéia de *vontade*,

---

<sup>1</sup> Pesquisador científico do Instituto de Saúde. Professor do Programa de Pós-Graduação em Infecções e Saúde Pública da Coordenação dos Institutos de Pesquisa, SES-SP

sobretudo da década de 1990 para cá. Há pessoas na sociedade, tão somente, e as pessoas podem. E podem, se desejam. Esse exagerado *poder fenomênico*, digamos assim, repousa numa concepção rasa de sociedade, da qual se retirou as classes e os grupos sociais, os conflitos entre os homens e as contradições do existir. Tudo o que ocorre de errado ou equivocado na sociedade seria devido ao fato de não se ter encontrado a pessoa certa para atuar na hora certa. Pessoa certa é pessoa dotada de vontade. Se não há essa vontade, ela pode ser instalada mediante certos procedimentos. Assim, decorrentemente, não há o Sistema Único de Saúde, há profissionais que atuam no SUS; não há a Medicina como instituição, há o Médico; assim como, do mesmo modo, não há a Economia Política, mas há o Economista. Dá no mesmo quando falamos da Ciência, responsável, nesta ótica, por todas as mazelas contemporâneas (racismo, objetivismo, dominação, racionalismo, ateísmo, ocidentalismo, machismo etc), porque entende-se que o mal reside no Conhecimento Científico (e no Cientista) e não nas estruturas de dominação política e Ideológica. Por não ver estruturas (vivas) e em atuação na sociedade, nem compreender o mundo da Política, esse pensamento não apreende a reprodução da ordem institucional, isto é, a reprodução das estruturas de poder e os mecanismos que a garantem, e é por este motivo que a Ciência e o Cientista não podem ser neutros. Se não são neutros, se acham eivados pelas contradições do existir, e tão preñhes de cultura quanto quaisquer outros sujeitos.

### A violência das instituições

Seria em meio a esses deslocamentos todos que melhor se poderiam pensar as práticas de saúde e, junto, o trabalho do trabalhador. Para Gastão Wagner, dá para também serem pensados o Campo de Concentração e o Médico. Nada me parece tão deshumanizado quanto o Campo de Concentração. E, no entanto, não foram homens aos quais lhes faltasse “humanidade” que construíram o Campo mas, antes, foram homens que souberam propor e fizeram acontecer a política violenta do genocídio. Se falamos “campo de concentração” nos assustamos; porque sabemos que o Campo conseguiu objetivar todas as formas dispersas de violência, a sua forma sintética (nela podendo caber todas as demais), é por esta expressão de totalidade que nos assustamos, é porque ela expressa possibilidades políticas de atuação. Mas se há um Médico que ajudou a construir um Campo, pode haver outro Médico *dentro* do Campo. A qual deles atribuiríamos o papel de representar a Medicina? Por isso, discutir a relação instituições-violência pode ser útil, pois nada seria mais “humanizado” que essas formas de violência, sociais todas, institucionais todas, produzidas e produtoras de política e de cultura. E isto, definitivamente, não são coisas da Natureza.

Aqui residiria o ponto de inflexão desses raciocínios,

pois as práticas de humanização não considerariam a Violência em geral, isto é, em todas as suas formas, mas somente a Violência Pública (distinta da violência doméstica, por exemplo, que interessaria a outros sujeitos). É neste ponto, exatamente, que precisamos recolocar em cena políticas e serviços de saúde. Se concordamos que profissionais de saúde devem ter “sensibilidade”, devemos exigir que, antes, a organização onde atuam seja sensível. É possível organizar serviços com base em preceitos éticos, mas não podemos esquecer a dimensão tecnicista do ensino, calcada no consumo tecnológico e na reprodução alienada das relações sociais. Mas, sobretudo, não devemos esquecer que se acham em plena vigência políticas de pacificação social que visam a práticas de conformismo, o que implica toda ordem de discriminação no aparelho de saúde: limitações ao acesso e aos benefícios do conhecimento, a mercantilização da saúde e o fato, determinante, de que as políticas de saúde em vigência subalternizam a massa da população trabalhadora, do que são evidências os planos de saúde e os convênios privados. O monopólio estatal no uso da força, finalmente, não significa apenas a atuação da polícia e do exército, mas a atuação sutil (às vezes pouco sutil) dos dispositivos de controle social contidos nos serviços de saúde, pois estes são, inequivocamente, Aparelhos de Estado. ■

### Referências Bibliográficas

- ADORNO RCF. Sociologia: um ensaio de introdução ao seu campo e a algumas de suas vertentes. In: Botazzo C e Freitas SFT (Orgs.). Ciências sociais e saúde bucal. Questões e perspectivas. São Paulo: Unesp/Edusc; 1999, p. 105-26.
- ALTHUSSER L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação). In: Zizek S (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto; 1996, p.105-42.
- BASAGLIA F. A instituição negada. Rio de Janeiro: Graal; 1985.
- Berlinguer G. Psiquiatria e poder. Belo Horizonte: Interlivros; 1976.
- CAMPOS GWS. A saúde pública e a defesa da vida. São Paulo: Hucitec; 1991.
- DONNANGELO MCF. e Pereira L. Saúde e sociedade. São Paulo: Duas Cidades; 1976.
- ELIAS N. O processo civilizador. Uma história dos costumes. 1 volume. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1990.
- FOUCAULT M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal; 1986.
- FOUCAULT M. Vigiar e punir. História da violência nas prisões. Petrópolis; Vozes; 1991.
- NEIBURG F. O naciocentrismo das ciências sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social. In: Waizbort L (Org.). Dossiê Norbert Elias. São Paulo: Edusp; 2001, p. 38-62.
- ROTELLI F et al. Desinstitucionalização. São Paulo: Hucitec; 1990.
- ZIZEK S. O espectro da ideologia. In: Zizek S (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto; 1996, p.7-38.